

# MULHERES E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL SOCIAL E A PRODUÇÃO LEGISLATIVA DAS DEPUTADAS FEDERAIS REELEITAS EM 2022

*WOMEN AND POLITICAL REPRESENTATION: A STUDY ON THE SOCIAL  
PROFILE AND LEGISLATIVE PRODUCTION OF RE-ELECTED FEDERAL  
DEPUTIES IN 2022*

**Amanda de Andrade Sant'anna**

**Icaro Gabriel da Fonseca Engler**

**Resumo:** Este trabalho aborda questões ligadas à sub-representação política das mulheres na Câmara dos Deputados, analisadas de acordo com a ideologia partidária das deputadas e suas trajetórias políticas e sociais. Portanto, objetiva a) analisar a trajetória política e social dessas mulheres que ocupam o cargo de deputadas federais; e b) analisar os projetos de lei propostos por elas, buscando identificar as pautas e os seus conteúdos dos mesmos, procurando apontar um distanciamento ou uma aproximação com as pautas progressistas defendidas pelas mulheres. Para tanto, foram feitas pesquisas bibliográficas no site da Câmara dos Deputados e no Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), para apresentar as fichas biográficas das deputadas federais eleitas na 56ª legislatura (2019) que foram reeleitas na 57ª legislatura (2023) com a intenção de definir o perfil, a trajetória política, os projetos de lei propostos por elas e os trunfos sociais que as caracterizam, além da visualização gráfica e de tabelas que irão sistematizar e possibilitar melhor entendimento das informações. Nesse sentido, a partir de dados levantados e estatísticas, é argumentado que a bancada feminina reeleita da Câmara dos Deputados, dentro do período estudado, é composta por mulheres que são majoritariamente de direita, brancas, casadas, com alto nível de escolarização e militantes, que se preocupam em maior medida com direitos humanos, educação e saúde, tendo em vista que são os temas com maior número de projetos de lei propostos por elas.

**Palavras-chave:** Representação política de mulheres; deputadas federais reeleitas; trunfos sociais; projetos de lei.

**Abstract:** This study addresses issues related to the political underrepresentation of women in the Chamber of Deputies, analyzed according to the party ideology of the deputies and their political and social trajectories. Therefore, it aims to: a) analyze the political and social trajectories of these women holding federal deputy positions; and b) analyze the bills proposed by them, seeking to identify

*their themes and content, aiming to pinpoint a distance or approximation with the progressive agendas defended by women. To achieve this, bibliographic research was conducted on the Chamber of Deputies website and in the Brazilian Historical Biographical Dictionary (DHBB) of the Center for Research and Documentation of Contemporary Brazilian History (CPDOC) at Fundação Getúlio Vargas (FGV). This research was used to present the biographical profiles of federal deputies elected in the 56th legislature (2019) who were re-elected in the 57th legislature (2023), with the intention of defining their profile, political trajectory, proposed bills, and social advantages that characterize them, in addition to graphical visualizations and tables that will systematize and facilitate a better understanding of the information. In this sense, based on collected data and statistics, it is argued that the re-elected female caucus in the Chamber of Deputies, within the studied period, is composed of women who are predominantly right-wing, white, married, highly educated, and politically active, and who are largely concerned with human rights, education, and health, given that these are the themes with the highest number of bills proposed by them.*

**Keywords:** *Women's political representation; re-elected federal deputies; social assets; proposed laws.*

## INTRODUÇÃO

A história, por muito tempo, ocultou a presença e a representação de figuras femininas. Foi aos poucos que as mulheres foram conquistando seus direitos, por meio de uma longa caminhada que passou desde a permissão ao voto, até a possibilidade de se elegerem nos espaços democráticos de poder político. No entanto, mesmo com esses direitos, ainda não é possível assegurar a elas uma participação equitativa nas arenas políticas decisórias do poder.

No caso do Brasil, isso não é diferente, pois ainda é difícil ver mulheres ocupando as instâncias de representação política mais elevadas, uma vez que, para além das desigualdades previstas pelos papéis de gênero, que foram construídos socialmente e ainda impedem uma igualdade entre os sexos nos campos de representação política, existem outros fatores que perpassam a própria história do país.

Dentro desse contexto, esse trabalho tem como objeto de estudo as deputadas federais que foram eleitas em 2018 e reeleitas em 2022, totalizando 35 casos. Já os objetivos principais da pesquisa foram: a) analisar a trajetória política e social dessas mulheres que ocupam o cargo de deputadas federais, tendo como ponto de partida os caminhos que as constituíram enquanto sujeitas, levando em conta suas origens, recursos adquiridos ou atualizados, carreiras e todos os mandatos que cumpriram até então; e b) analisar os projetos de lei propostos por elas, buscando identificar as pautas e os seus conteúdos dos mesmos, procurando apontar um distanciamento ou uma aproximação com as pautas progressistas defendidas pelas mulheres.

Nesse sentido, a partir da análise de trajetórias dentro da Câmara dos Deputados, busca-se analisar quem são as deputadas federais e qual é a importância da ocupação desse cargo por mulheres,

abordando também a sua produção legislativa na apresentação de projetos de lei. Na próxima seção deste artigo, será apresentada a revisão bibliográfica que embasa as discussões do artigo. Após, serão descritas as questões metodológicas utilizadas para a coleta de dados e em seguida serão discutidos os resultados. Por fim, as considerações finais, retomando os principais pontos aqui mencionados.

## REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Segundo Clara Araújo (2001), socióloga brasileira, o fato de as mulheres terem tido uma participação tardia no campo político, visto que, só tiveram direito ao voto 43 anos após a Proclamação da República, contribuiu para que elas ocupassem esses espaços somente quando certos padrões já se encontravam traçados nas instâncias estruturadas de poder. Ademais, momentos históricos conturbados vividos pelo país podem ter destacado essas diferenças de gênero, como os percalços passados na construção da democracia brasileira que volta e meia foi interrompida prejudicando os direitos políticos dos cidadãos, em especial das mulheres. Outro motivo, foi o clientelismo<sup>1</sup> como fator político-cultural que formou a elite local, e, sem deixar de citar, a desigualdade socioeconômica que como em tudo, também influencia na participação política.

Frente a essas questões, torna-se ainda mais importante possibilitar o pertencimento de gênero dessa minoria política dentro dos espaços decisórios, para favorecer seu reconhecimento. Considerando dessa forma, a representação política para o reconhecimento se daria a partir do deslocamento de uma “política de ideias” para uma “política de presença” (Phillips, 1995;1998), ou seja, além do teor das proposições políticas favoráveis às mulheres, também é importante e necessária a presença delas nos espaços de poder político e decisão. Portanto, é importante compreender a relevância da presença feminina nessa arena para entender, entre outras coisas, se o pertencimento identitário, sendo ele físico e cultural, garante o compromisso com as demandas desse grupo.

Na literatura sobre a democracia representativa, representação política, movimento feminista e elites, não é novidade um estudo que traga todos esses temas com o intuito de compreender a lógica de gênero dentro das esferas políticas decisórias. Análises sobre o perfil de representantes, análises de casos, trajetórias políticas, trunfos sociais dentro do regime democrático representativo e em diferentes contextos históricos são feitos nesses tipos de estudos, como por exemplo o artigo de Cristina Altmann (2020) “As múltiplas bases de recursos sociais nos acessos do ‘feminino’ à câmara de deputados (1950-2015)” ou de Clara Araújo (2001) “As cotas por sexo

---

<sup>1</sup> Segundo Edson Nunes em seu livro “A Gramática Política do Brasil: clientelismo e insulamento burocrático”, o clientelismo é um comportamento político e social, muito forte na República Velha, que é um padrão de troca social entre quem detém o poder político-decisório e os eleitores que os colocam nesta posição.

para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais”, o que corrobora para mostrar a validade e importância desse tema.

O tema não se faz necessário somente por estudar um contexto inédito e agregar mais dados e análises à questão da representatividade, mas também por ter como pano de fundo a própria democracia, que segundo alguns autores está passando por uma crise representativa (Miguel, 2003). Ademais, não se trata só de gênero, mas da necessidade de uma abertura democrática para a participação de outros grupos minoritários. Inclusive, é importante realizar recortes de raça dentro desse grupo, porque na verdade, o fato de as minorias políticas estarem, em certa medida, ausentes desses processos, atenta para uma falha no regime democrático representativo que está para além da dimensão eleitoral e de representação (Miguel, 2003).

Sendo assim, o assunto representação política possui uma vasta literatura muito importante para se pensar o tema de gênero e política. Em 2003, o cientista político brasileiro Luis Felipe Miguel escreveu em seu artigo “Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política.” sobre a democracia representativa. Para Miguel (2003), esse regime de governo estaria em crise de representação política devido a três motivos principais: declínio do comparecimento eleitoral (aumento nas abstenções durante as eleições de diversos países democráticos do mundo nas últimas três décadas, incluindo o Brasil), aumento da desconfiança em relação às instituições (legitimação das instituições em cheque devido a uma crise da percepção de se sentir representado no governo e no legislativo), e o esvaziamento dos partidos políticos (hoje os partidos políticos são os principais meios de representação política dentro das democracias, mas segundo o autor, estão esvaziados devido à burocratização das estruturas internas, à diminuição de opções políticas e à influência da mídia na competição eleitoral).

Essa seria uma explicação para, nos últimos 25 anos, terem emergido propostas de mecanismos para revigorar as instituições, como por exemplo as cotas eleitorais para grupos minoritários como as mulheres. Tal atitude seria uma forma de reconhecer que as instituições atuais dão privilégios às elites políticas em detrimento do cidadão comum que não participa da maioria dos processos decisórios. Portanto, Luiz Felipe Miguel (2003) defende o pluralismo político, sendo ele a representação e expressão de todos, tendo a produção de regras sociais produzidas por aqueles que estão submetidos a elas. No entanto, segundo ele, a crise da representação política está para além das dimensões representativas, pois para haver uma sociedade civil organizada e o regime democrático funcionando bem, primeiro deveria haver condições materiais mínimas para todos, de forma que possibilitasse sua participação na política (Miguel, 2003).

Em relação às cotas como mecanismo de revitalização das instituições, Clara Araújo (2001), aponta para um aumento na participação das mulheres nos parlamentos nas democracias ao redor do mundo, porém reforça que em alguns países as cotas tiveram efeito negativo para o status

das mulheres, por serem vistas como um “empurrão” para que as mulheres consigam se eleger assim como os homens, o que reforça a ideia de que as mulheres precisam da salvaguarda dos homens.

No Brasil, desde a implementação das cotas, não houve significativa mudança da quantidade de mulheres eleitas, no começo a esquerda elegia mais mulheres, com o passar do tempo o centro também aumentou essa quantidade, sendo a direita a que menos elegeu, e dentre essas mulheres, a maioria já possuíam laços de parentesco na política. (Araújo, 2001)

É importante levar em consideração que quando Clara Araújo (2001) escreveu este trabalho, havia poucos dados sobre o resultado da implementação das cotas e, hoje em dia, os números podem apontar resultados divergentes. Por fim, ela conclui que é preciso repensar os limites dessa proposta eleitoral, de forma a adequá-la ao contexto local e pensar em outras possibilidades de ação. Essa reflexão é importante para tentar entender, no estudo que será apresentado aqui, o perfil das mulheres que se elegeram nas últimas duas eleições, para as 56<sup>a</sup> e 57<sup>a</sup> legislaturas.

Para contribuir com o estudo sobre a participação de mulheres enquanto representantes nas arenas político decisórias, as autoras clássicas sobre o tema serão basilares. Começando por Hanna Pitkin (2006), a autora desenvolve concepções de representação política, duas correntes principais dessa tipologia são a “representação descritiva” e a “visão formalista”. A primeira diz que o mais importante não é o que os representantes fazem, mas sim quem eles são. A segunda, pelo contrário, refere-se à relação representante-representado, na qual o representado autoriza seus representantes a tomarem decisões por eles e também à prestação de contas que o representante deve fazer, chamado de *accountability*. Logo, nessa concepção, a representatividade se reflete no grau de responsabilização e prestação de contas dos eleitos, assim, as ações seriam mais importantes do que as características dos eleitos ou os rótulos partidários.

No entanto, a autora Anna Phillips (2001), acredita que há uma demanda por inclusão política nos processos representativos e desafios para programar uma política que represente identidades, além de “ideias”, e que busque a inclusão das minorias sociais de modo participativo. Isto porque a política de ideias não seria capaz de suprir a exclusão política, pois a diversidade nesse tipo se mostra apenas em diferenças de interesses e opiniões.

Por outro lado, somente a política de presença também não seria capaz de suprir a exclusão política, porque a inclusão de membros dos grupos referentes, não significa, necessariamente, a inclusão das pautas políticas representativas dos grupos. Essas questões apontam para a própria problemática do que seria uma “boa representação”. Nesse sentido, para uma maior representação, Phillips defende a união da política de ideias com a política de presença, pois, para ela, não se pode dissociar essas duas dimensões (Phillips, 2001). Iris Young (2006) vai ao encontro de Phillips ao afirmar que não há representação perfeita, pois segundo ela, as minorias não são homogêneas, portanto, o representante não é um substituto ou espelho do seu representado, no entanto, fala por

ele. Por isso, a representação seria uma conexão entre atores plurais. De acordo com Young (2006), a representação precisaria atender a três critérios que seriam: os interesses (meio para atingir metas que agentes desejam), opiniões (crenças) e perspectivas (modo de ver as coisas). Por fim, para o processo de representação acontecer, o eleito não necessariamente deveria sentir a experiência do eleitor, mas deveria representá-lo através (por meio) de seus interesses, opiniões e perspectivas (Young, 2006).

Na Teoria da Representação Política de Nadia Urbinati (2006), a representação se trata de um processo, não se resume só a ação do voto. Para que ela seja democrática e legítima, é importante a interação entre a sociedade civil e os agentes institucionais, visto que, assim como Young, ela acredita que o representante não é o substituto do representado. Assim, para Urbinati (2006), atualmente, não há uma “crise de representação”, na verdade existiria um processo de transformação democrática. A deliberação serviria como resolução de conflitos, pois o povo teria um “poder negativo” que combina as normas de comunicação deliberativa (reciprocidade e publicidade) com a representatividade do representante, o que lhe possibilita a fiscalização dos seus legisladores eleitos.

Para Urbinati (2006), o processo de autorização pelos eleitores é tão importante quanto o ato de votar e, para isso, os partidos seriam um meio importante de representação, pois serviriam como filtro de candidatos que deveriam expulsar os que não condizem com a característica representativa do governo democrático e somente absorver aqueles que o são.

Por fim, após entender melhor as teorias sobre o funcionamento da democracia representativa e os processos de representação a partir desses autores, é preciso pensar como essa representação se dá de fato na Câmara dos Deputados Federais no Brasil, no que se refere às mulheres ocupando esse espaço.

Em seu artigo, Cristina Altmann (2020) analisa entre 1950 e 2015 parte das preocupações colocadas por este trabalho, isto é, a trajetória social das mulheres nos cargos de poder político, para verificar se de fato há representação de seus pares no Congresso, bem como quem são essas mulheres, qual viés político elas defendem e se a presença delas possibilitou mais progressos ou retrocessos para essa minoria política.

Em seu artigo, Altmann (2020) observa que nas décadas de 80 e 90 a maioria das mulheres que ocupavam cargo na Câmara possuíam a herança política familiar como trunfo social, e estas estavam alocadas em maior parte nos partidos à direita no espectro político ideológico, bem como se dedicavam a pautas ligadas a projetos sociais e ONG's. Já as mulheres que tinham vínculo com movimentos sociais estavam mais concentradas em partidos da esquerda política, possuindo recursos escolares e associativos como trunfo de participação.

É interessante destacar, que segundo Altmann (2020), mulheres de partidos diferentes possuindo vínculo de parentesco com políticos ou não, passaram a participar de conselhos municipais e estaduais, onde (em que) a maior parte dos nichos de atuação era voltado à temas como “crianças”, “assistência social”, “saúde”, temas (abordagens) do “cuidado” que foram atribuídos ao papel social de gênero feminino, fazendo parte do processo de divisão sexual do trabalho.

Dentro desse quadro e a partir das questões colocadas, este artigo visa interpretar os dados obtidos no sentido de entender a diferenciação de gênero que perpassa as relações no espaço político, tanto no perfil e trajetórias sociais, quanto na carreira política e atuação legislativa das deputadas reeleitas em 2022.

## METODOLOGIA

O ponto de partida dessa pesquisa, foram as 35 Deputadas Federais eleitas em 2018 e reeleitas em 2022. Essa pesquisa está ligada ao Projeto de Pesquisa: “Quem são os(as) Deputados(as) Federais eleitos em 2022? Uma análise sobre a origem familiar, trajetória social e carreira política da nova elite política da Câmara dos Deputados”, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvida no Grupo de Estudos sobre Elites e Espaços de Poder (GEEEP) da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Nesse sentido, foi realizada uma reconstituição sociográfica e levantamento documental que possibilitou a caracterização dos atributos sociais das deputadas.

Assim, para a realização deste trabalho foram analisadas fichas biográficas das parlamentares para um levantamento do perfil das deputadas que foram reeleitas na última eleição de 2022. Este recorte foi feito para abarcar as legislaturas mais recentes e deputadas com pelo menos dois mandatos, que já não são novatas na política, o que torna possível uma melhor análise (mais apurada) de carreiras políticas, bem como da sua produção legislativa, cujo recorte temporal desta coleta foi de julho de 2018 até julho de 2023.

As principais fontes utilizadas, foram o site da Câmara dos Deputados<sup>2</sup> e o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV)<sup>3</sup>, ambos disponibilizados para consulta pública. Posteriormente, foram analisados os dados produzidos como forma de sistematizar e possibilitar melhor visualização das informações.

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/>>. Acesso em: 06 out. 2023.

<sup>3</sup> Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/acervo/dicionarios/dhbb>>. Acesso em: 06 out. 2023.

Dessa maneira, as informações sobre as deputadas federais reeleitas que interessaram para este estudo, foram no sentido de entender quais recursos e trunfos sociais essas mulheres possuem, por exemplo: filiação partidária, unidade federativa que representam, carreira, escolaridade, engajamentos associativos-sindicais, cor/raça, laços matrimoniais e de filiação paterna. Assim, foi possível entender as variáveis condicionantes que as levaram para essa dimensão política, como os recursos e trunfos relacionados com a origem social ou que foram adquiridos, acumulados e atualizados com o tempo.

Além desse perfil, também foram estudados os projetos de lei propostos por tais deputadas, com a intenção de compreender se a política de presença está associada à de ideias, como defendia Phillips (2001), ou seja, se além de participarem dos processos enquanto mulheres, também legislam se aproximando ou se distanciando de pautas progressistas defendidas pelas mulheres.

Com isso, a fim de entender como se desenvolvem as dinâmicas entre as mulheres de espectros políticos diferentes, foi preciso classificar os partidos quanto à sua posição ideológica. Para isso foi usado o método apresentado no artigo “Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023)” de Mayra Goulart da Silva, et al, o qual combinou metodologias desenvolvidas por André Borges (apud Biroli & Avritzer, 2020), a categorização realizada por Vladimir Jorge, Alessandra Maia Terra de Faria e Mayra Goulart da Silva (2020)<sup>4</sup>, e uma pesquisa Survey realizada pelo Estadão, que questionou as deputadas eleitas em 2018 sobre seu perfil ideológico como forma de traçar uma classificação.

Assim, foi realizada uma divisão do grupo de mulheres em subcategorias de posicionamento político para analisar outras questões como raça/cor, estado civil, trunfos sociais, temas mais propostos em Projetos de Lei, quantidade de PL's aprovados e reprovados. Essa categorização foi importante para entender como o espectro ideológico político-partidário pode influenciar e causar diferenças dentro de um mesmo grupo posicionado de forma heterogênea.

---

<sup>4</sup> De acordo com a cientista política Mayra Goulart (2020), o pensador André Borges concebeu a ideologia dos partidos políticos no Brasil, utilizando como fonte o banco de dados V-Party (V-DEM) 2018. Esse banco de dados é resultado de um levantamento realizado com especialistas do Brazilian Legislative Survey (BLS) 2017, que se fundamenta na autodefinição das legisladoras. Além disso, Borges utilizou o Political Representation, Executives, and Political Parties Survey (PREPPS) 2019, outro levantamento com especialistas, reclassificando a pontuação do BLS em uma escala de 20 pontos, semelhante ao PREPPS. Nessa escala, a extrema-esquerda é atribuída a 1, enquanto a extrema-direita é equivalente a 20 pontos. Adicionalmente, a pesquisa incorporou a categorização elaborada por Vladimir Jorge, Alessandra Maia Terra de Faria e Mayra Goulart da Silva (2020). Esses autores estimaram a posição ideológica dos partidos políticos com base nos programas de governo das coligações ou dos partidos com candidatos nas eleições presidenciais entre 1989 e 2018.

## RESULTADOS

Em busca de definir o perfil das deputadas federais reeleitas nas 56<sup>a</sup> e 57<sup>a</sup> legislaturas, serão analisadas nesta seção características que as constituem, como cor/raça, nível de escolaridade, estado civil, posicionamento ideológico, carreira política, além dos temas dos Projetos de Lei (PL's) que elas mais propõem como forma de entender suas agendas políticas e seus interesses.

Sendo assim, é importante pontuar que as investigações e dados levantados foram coletados até o primeiro semestre de 2023, o que implica que o banco de dados montado (organizado) para a realização desta pesquisa não tem informações do segundo semestre de 2023, e, por isso, os números não levam em conta os acontecimentos mais recentes. No mais, os dados colhidos são brutos advindos do sistema de busca e de filtros do site da Câmara dos Deputados.

### PERFIL DAS DEPUTADAS REELEITAS

Inicia-se com a abordagem do perfil das deputadas federais reeleitas para, a partir disso, compreender quem são essas mulheres que estão ocupando parte da bancada feminina, quais são suas características, bem como suas trajetórias sociais, carreiras políticas, etc. Como uma dimensão importante para entender como se dá essa representação política.

Foi possível identificar que de um universo de 35 mulheres eleitas na 56<sup>a</sup> legislatura para a Câmara dos Deputados e reeleita para a 57<sup>a</sup> legislatura, 16 delas, ou 45,70%, compõem a esquerda política. Os números não são muito diferentes para as que se posicionam à direita, são 17 mulheres, ou 48,60%. Já as que estão ao centro do espectro político-partidário, são apenas duas, ou 5,70%. Isso mostra que, teoricamente, dentro desta situação a força política das reeleitas entre os partidos de esquerda e direita estão em equilíbrio, pois, conseguiram reeleger, praticamente, o mesmo número (quantitativo) de mulheres.

No entanto, quando analisado o número geral de eleitas para a 57<sup>a</sup> legislatura, é possível perceber que a direita se saiu melhor na eleição, porque elegeu 54 mulheres (60%), enquanto a esquerda elegeu apenas 33 (40%). No geral, da eleição anterior para a seguinte, houve um aumento de quase 3% na bancada feminina da Câmara dos Deputados, aumentando a representatividade feminina (das mulheres). Porém, isso não quer dizer que haverá uma aliança das elas em prol de suas semelhantes, visto que, as diferenças ideológicas são explícitas entre progressistas e conservadoras.

De acordo com os dados encontrados na Tabela 1, é importante destacar que 80% da bancada feminina reeleita é composta por mulheres brancas, sendo quase 20% pretas e pardas e nenhuma mulher indígena entre as reeleitas. Chama a atenção que mesmo que o viés político de

esquerda seja progressista e levante pautas raciais, a diferença da variável raça para as reeleitas de direita é menor. Isso mostra que o discurso existe, mas a prática, neste caso, não o corrobora. Nesse sentido, é importante destacar que apesar da população negra representar 56% da população do país, só ocupa 26% das cadeiras da Câmara dos Deputados<sup>5</sup>, sendo 18% ocupadas por mulheres.

**Tabela 1 - Raça/Cor x Posicionamento ideológico político-partidário**

Cor/Raça	Esquerda		Centro		Direita		Total	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Branca	13	81,25%	2	100%	13	76,40%	28	80%
Indígena	0	0%	0	0%	0	0,00%	0	0,00%
Parda	1	6,25%	0	0%	2	11,80%	3	8,5%
Preta	2	12,50%	0	0%	2	11,80%	4	11,50%
Total	16	100%	2	100%	17	100%	35	100%

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Revisitando a teoria da política de presença e de ideias de Phillips (2001), é possível observar que a representação substantiva aliada à descritiva é um poderoso recurso para que as minorias políticas sejam representadas, mas uma dissociada da outra não geram os resultados esperados. Por isso, segundo Campos e Machado (2023), dentro de uma sociedade democrática é indispensável a presença paritária de quem está marginalizado no campo político decisório, isto porque, torna a sociedade mais democrática e, quando engajados em agendas dos direitos sociais, podem reduzir as mazelas sociais que os atingem.

De acordo com a Tabela 2, de 294 Deputados Federais reeleitos, 260 são homens e 35 são mulheres. Desses 260 homens, 49 não chegam a ter Ensino Superior completo, o que está em torno de 18,85% dos homens. Já entre as 35 mulheres, 1 não chega a ter Ensino Superior completo, o que gira em torno de 2,85% das mulheres. Com exceção de Magda Mofatto (PL), que possui apenas Ensino Médio completo, todas as mulheres Deputadas Federais reeleitas têm como grau de instrução o Ensino Superior completo.

<sup>5</sup> Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2022/10/04/pretos-e-pardos-na-camara-dos-deputados-negros-ocupar-ao- apenas-das-26-cadeiras>>. Acesso em: 6 out. 2023.

**Tabela 2 - Ensino Superior x Gênero**

Ensino Superior	Mulheres		Homens		Total	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%
SIM	34	97%	211	81,00%	245	83,00%
NÃO	1	3%	49	19%	50	17,00%
Total	35	100%	260	100%	295	100%

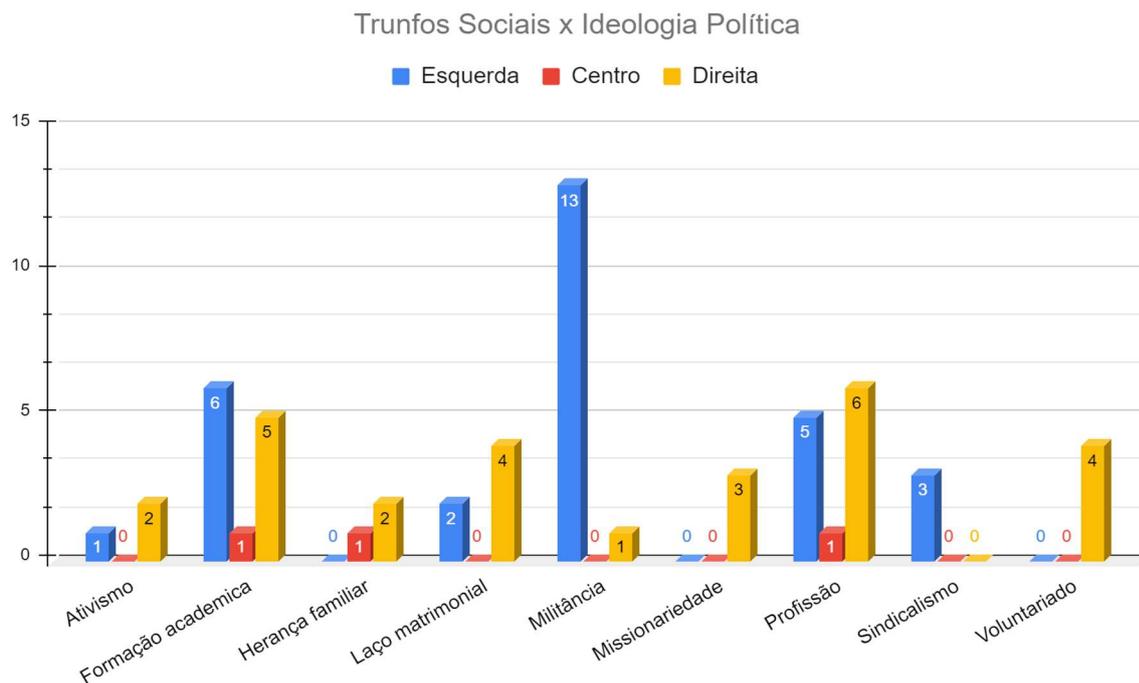
Fonte: Elaboração própria, (2024).

A ascensão feminina a cargos políticos proeminentes no Brasil está correlacionada com um nível educacional elevado. Embora a comparabilidade estatística seja desafiadora devido às disparidades no tamanho da amostra entre as variáveis, observa-se que as mulheres necessitam de maior qualificação educacional para alcançar posições de destaque.

Este cenário contrasta com o de homens cisgêneros, brancos e heterossexuais, para os quais as oportunidades no campo político são mais amplas e acessíveis. Para estes, mesmo um baixo nível de escolaridade não impede o acesso a cargos elevados, dada a disponibilidade de outros recursos sociais. Em contrapartida, as mulheres precisam mobilizar uma diversificação de recursos sociais, incluindo a educação formal, como um mecanismo de legitimação para superar as barreiras existentes e ascender na arena política (Altmann, 2020).

O Gráfico 1 foi construído a partir de análise biográfica dessas parlamentares considerando quais recursos foram utilizados no caminho das deputadas até começarem a carreira política, por isso a soma dos trunfos sociais é maior que o número de deputadas reeleitas, porque cada uma delas pode ter mais de um recurso.

## Gráfico1



Fonte: Elaboração própria, (2024).

Ao observar o gráfico, pode-se validar os argumentos de Cristina Altmann (2020) sobre trunfos sociais, isso porque, segundo ela, as deputadas de direita geralmente iniciam a trajetória na política por meio da herança familiar (algum familiar já teve ou tem cargos políticos), do laço matrimonial (quando o cônjuge tinha/tem carreira política) ou através (por meio de) algum trabalho voluntário em Organizações Não Governamentais (ONG's), instituições beneficentes, projetos sociais, etc. Enquanto as de esquerda, teriam sua carreira política ligada à militância política, sindicalismo e recursos escolares. Essa tese se confirma ao analisar o gráfico, pois os números mostram que as deputadas de direita dispuseram mais dos trunfos do ativismo, da herança familiar, do laço matrimonial, do voluntariado em projetos sociais e até mesmo da missionariedade, visto que, a religião está mais presente nos discursos da direita.

Já as de esquerda utilizaram da formação acadêmica, da militância e do sindicalismo para ingressar nas arenas político-decisórias. As deputadas de centro, como o nome diz, se mantém no meio termo, pois têm características dos dois lados, como formação acadêmica, herança familiar e profissão.

Além disso, é importante observar que em 2001, Clara Araújo escreveu que desde a implementação de cotas os números de mulheres eleitas não tinham aumentado muito, porque a esquerda elegia mais mulheres, em seguida o centro e por último a direita (elegia mulheres que em maioria já possuíam laços de parentesco na política), mas este estudo mostra que esses fatos

mudaram um pouco. Isto, porque atualmente as mulheres de direita têm ocupado mais cadeiras no parlamento, e apesar de ainda herdarem trunfos de parentesco, esse número é pequeno diante das congressistas que iniciaram a carreira política devido à formação acadêmica. No entanto, também é necessário entender o cenário atual que envolve polarização política e força da extrema direita.

Assim sendo, é possível caracterizar as deputadas federais que estão no poder de 2019 até o primeiro semestre de 2023. A partir de dados levantados e estatísticas, foi possível concluir analisando as tabelas e gráficos que a bancada feminina reeleita da Câmara dos Deputados dentro do período estudado é composta por mulheres majoritariamente de direita, brancas com altos níveis de escolarização e militantes.

Dessa forma, não se trata de uma bancada diversa, a maioria das mulheres é branca, cis e possui relações heteronormativas, o que limita experiências de vida plurais e interesses. No entanto, não significa que as perspectivas e crenças não possam ser as mesmas, pois bons legisladores precisam ter a compreensão de que há outros tipos de pessoas que dependem de que eles, que têm o poder político-decisório nas mãos, também governem se preocupando com os interesses de seus eleitores.

## **PROJETOS DE LEI E POSIÇÕES POLÍTICAS**

Tendo em mente o perfil das mulheres que ocupam as cadeiras da Câmara dos Deputados, também será importante conhecer os nomes dessas deputadas, entender mais profundamente como a ideologia política afeta seu trabalho e observar se a política de presença está aliada à política de ideias, em vista de que, segundo Phillips (2001) uma maior representação política envolve uma união da política de ideias com a política de presença. Para isso, serão analisados os temas dos projetos de lei propostos por elas.

De acordo com a Tabela 3, as Deputadas Federais que mais apresentaram e aprovaram projetos de lei no Brasil entre as 56<sup>a</sup> e 57<sup>a</sup> legislaturas são de esquerda e petistas. Por outro lado, as Deputadas Federais que menos apresentaram e aprovaram projetos de lei no Brasil entre as 56<sup>a</sup> e 57<sup>a</sup> legislaturas são de direita (MDB, REPUBLICANOS, PL e UNIÃO).

**Tabela 3 - Projetos de Lei x Posicionamento Ideológico Político-partidário**

PLs	Aprovados		Não aprovados		Total	
	Quant	%	Quant	%	Quant	%
Esquerda	178	72%	3635	70%	3813	70%
Centro	15	06%	398	07%	413	07%
Direita	53	22%	1186	23%	1239	23%
Total propostos	246	100%	5219	100%	5465	100%

Fonte: Elaboração própria, (2024).

Segundo Altmann (2020), as mulheres de esquerda costumam ingressar na arena político-decisória por meio de associações, movimentos sociais, grupos sindicais e dessa forma, são personalidades que estão acostumadas ao “fazer político” e a militar pelas “bandeiras” que defendem. Por outro lado, as mulheres dos partidos posicionados à direita do espectro político decisório, têm sua aproximação do campo político através (oriundo) de laços familiares herdados em sua maioria de homens, sejam pais, irmãos maridos, tios, etc, que teriam a intenção de ampliar seu patrimônio político e familiar:

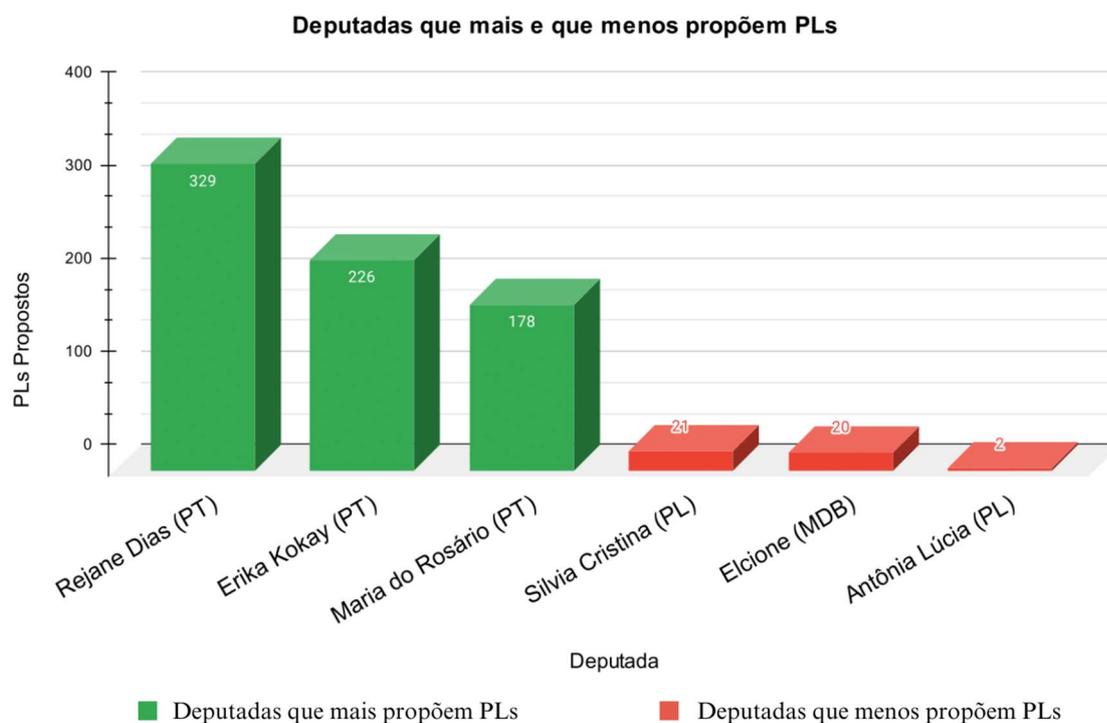
Assim sendo, quando comparado os números de projetos propostos a configuração de um ranking para as que mais propõem seria: 1º Rejane Dias com 329 PLs (PT); 2º Erika Kokay com 226 PLs (PT); e 3º Maria do Rosário com 178 PLs (PT). Em relação às que menos propuseram PLs, a configuração ficaria: 1º Antônia Lúcia com dois PLs (Republicanos); 2º Elcione ???? com 20 PLs (MDB); 3º Silvia Cristina com 21 PLs (PL).

Já sobre as que mais aprovam, as deputadas são as mesmas que mais propõe, porém a ordem muda, sendo ela: 1º Erika Kokay com 17 PLs (PT); 2º Maria do Rosário com 16 PLs (PT); e 3º Rejane Dias com 15 PLs (PT). Sobre as que menos aprovam, a lista aumenta um pouco, em ordem alfabética o ranking ficaria assim: 1º Antônia Lúcia (Republicanos), Carol de Toni (PL), Chris Tonietto (PL) e Magda Mofatto (PL) com zero aprovações; em 2º Bia Kicis (PL), Daniela do Waguinho (UNIÃO), Silvia Cristina (PL) com uma aprovação cada; em 3º Carla Zambelli (PL), Elcione (MDB), Maria Roas (Republicanos), Rosângela Gomes (Republicanos) com duas aprovações cada.

Sendo assim, é possível comprovar a hipótese de que os representantes dos partidos do espectro político de esquerda são mais engajados no processo político, portanto, aprovam mais projetos, porque também propõem mais. Não é possível afirmar que a maioria seja projetos destinados às minorias políticas e sociais que elas representam, visto que, este trabalho não se propõe a analisar cada projeto de lei proposto por cada deputada reeleita. No entanto, a partir da

leitura de grande parte dos projetos, dos perfis das deputadas e das pautas que elas defendem, é possível inferir que em maioria são políticas progressistas. Além disso, cabe destacar que a carreira política dessas deputadas também explica maior ou menor engajamento, como mostra o Gráfico 2.

**Gráfico 2**



Fonte: Elaboração própria, (2024).

Neste gráfico, é notável que as deputadas reeleitas de esquerda possuem mais experiência na carreira política, dado que, são as únicas que já foram deputadas distritais, governadoras, senadoras, vice-prefeitas, e a maioria que já ocupou cargos como os de deputada estadual, deputada federal, ministra, prefeita, senadora e vereadora. Nesse sentido, a trajetória política mais consolidada pode favorecer o maior conhecimento do trâmite burocrático, experiência no legislativo, contato com os eleitores e grupos ativistas e maior influência no campo político decisório, o que também pode explicar a quantidade mais alta (expressiva) de projetos aprovados pelas deputadas dos partidos de esquerda.

Algo também a considerar para a quantidade de novatas é a leva de políticos que entraram na eleição de 2018, no bojo conservador, por influência do ex-presidente Jair Bolsonaro, que se elegeu como candidato do PSL. O então partido que elegeu o presidente em 2018, também foi a legenda que mais elegeu deputados federais em comparação com a eleição de 2014, aumentando de

uma cadeira para cinquenta e duas<sup>6</sup>. Posteriormente, nas eleições de 2022, Bolsonaro se candidatou pela legenda do PL e novamente fez seu partido ser a maior bancada da Câmara, mesmo que não tenha sido eleito dessa vez. Portanto, a maioria das deputadas pertencentes a partidos posicionados à direita do espectro político, se elegeram para um cargo político pela primeira vez na eleição de 2018, começando em uma posição alta para uma parlamentar iniciante.

Esse é o caso de várias das deputadas, como Adriana Ventura (NOVO), Bia Kicis (PL), Carla Zambelli (PL), Carol de Toni (PL), Chris Tonietto (PL), Daniela do Waguinho (UNIÃO), Luísa Canziani (PSD) - deputada mais jovem da 57ª legislatura - Maria Rosas (Republicanos) e Rosana Valle (PL). No entanto, Adriana Ventura é um exemplo de deputada que iniciou sua carreira na Câmara e propõe um número acima da média de PL's apresentados pelas reeleitas, em comparação com Magda Mofatto (PL), por exemplo, que já foi vereadora duas vezes, deputada estadual, prefeita e deputada federal quatro vezes, mas apresentou uma quantidade de projetos bem inferior à média e até mesmo a quantidade apresentada por todas as novatas citadas anteriormente.

Em contrapartida, Tabata Amaral (PDT), também estreante na política como deputada federal em 2018, possui uma quantidade de projetos propostos acima da média e mais de 80% dos projetos aprovados, o que mostra que além dos outros fatores, também há uma falta de disposição das deputadas de direita no engajamento político que não seja só no sentido de incitação dos eleitores através de discursos, mas também de trabalho realizado.

Dessa maneira, entende-se que existe um conjunto de motivos para que as deputadas reeleitas de direita proponham e aprovem pouco, sendo eles: i) a tendência da direita a não ser tão engajada no processo político comparada à esquerda, visto que, na maioria das vezes as parlamentares de direita têm sua aproximação do campo político através (por) de laços familiares herdados, enquanto as da esquerda por meio de grupos sindicais, ativistas, associações e movimentos sociais; ii) a carreira política que ainda não é consolidada; e iii) pouca disposição para o trabalho interno.

Após o estudo reunindo as informações da Câmara dos Deputados pesquisando pela palavra “mulher” dentro da categoria PL, com o filtro “em tramitação”, foram encontrados 466 resultados sendo em 2019 o total de 322 resultados; em 2020, 405; em 2021, 241; em 2022, 241; e em 2023, 546 resultados. A escolha da palavra “mulher” se deu, porque é a palavra usada em todos os PLs que precisam tratar desse tema, outras palavras como “gênero”, “sexo”, etc nem sempre falavam sobre questões especificamente femininas, que, por outro lado, na maioria das vezes estavam dentro da categoria mulher. Os PLs que continham a palavra “mulher”, mas não se referiam

---

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/08/pt-perde-deputados-mas-ainda-tem-maior-bancada-da-camara-psl-de-bolsonaro-ganha-52-representants.ghtml>>. Acesso em 29 nov 2023.

necessariamente à questão de gênero, não foram considerados. Desses resultados, foram cogitados apenas os PLs que tivessem como primeiro(a) autor(a) as deputadas reeleitas estudadas neste trabalho, a fim de otimizar o estudo.

A Tabela 4, representa quantos PLs foram propostos pelas parlamentares reeleitas em cada tema e referente a cada posicionamento ideológico político-partidário em que elas se enquadram. Dessa maneira, ao usar o mecanismo de pesquisa do site da Câmara dos Deputados por tema, ano, pesquisando pela palavra “mulher” e pela categoria “em tramitação” (os PLs que não estão em tramitação ou já foram aprovados e são poucos ou engavetados e por isso não são relevantes), foi possível chegar a esses números.

**Tabela 4 - Temas dos PLs em “mulher” x Posicionamento ideológico político-partidário**

	Esquerda	Centro	Direita	Total
<b>Agropecuária</b>	0	0	0	0
<b>Cidades e Transportes</b>	4	0	2	6
<b>Ciência, Tecnologia e Comunicação</b>	1	1	1	3
<b>Consumidor</b>	0	0	0	0
<b>Direitos Humanos</b>	84	16	36	136
<b>Economia</b>	6	1	1	8
<b>Educação, Cultura e Esportes</b>	10	0	5	15
<b>Meio Ambiente e Energia</b>	0	0	0	0
<b>Política e Administração Pública</b>	45	9	18	72
<b>Relações Exteriores</b>	1	0	0	1
<b>Saúde</b>	19	1	4	24
<b>Segurança</b>	17	10	16	43

<b>Trabalho, Previdência e Assistência</b>	36	2	7	45
<b>Total</b>	223	40	90	353

Fonte: Elaboração própria, (2024).

Dessa maneira, os resultados obtidos mostram que de um total de 1980 PLs propostos sobre o tema “mulher” de 2019 a 2023, 248 foram escritos pelas mulheres reeleitas. Sendo 161 PLs escritos por deputadas de esquerda, 52 PLs por deputadas de direita e 35 PLs por deputadas de centro. Lembrando que as parlamentares em maioria são de direita e em minoria são de esquerda, o que novamente comprova a concepção de que a direita política é menos engajada e apresenta menos projetos.

Além disso, do total de 5218 PLs propostos, 352 eram sobre o assunto “mulher”, mais ou menos 6,8% do total, é um número baixo, mas é importante lembrar que as parlamentares não estão trabalhando só para defender os temas referentes ao grupo que representam, pois elas também têm suas agendas individuais.

A partir da coleta e análise das ementas dos PLs, foi notado que a maioria das ementas trata sobre violência contra a mulher, esse assunto entra em diversos dos temas já citados e é realmente um assunto urgente, pois as estatísticas mostram que o número de todos os tipos de violência contra mulher é muito alto e raramente sofre diminuição<sup>7</sup>. Com isso, a maioria das ementas fala sobre reparação de danos, alteração do código penal, segurança e acolhimento para mulheres vítimas de violência e para evitar novas vítimas. Nesse aspecto, tanto as congressistas de centro, quanto as de direita e as de esquerda parecem ser unânimes na preocupação com a segurança das mulheres, no entanto, outros temas mais polêmicos encontram divergência, como por exemplo, o aborto e cotas eleitorais de gênero.

A deputada Sâmia Bomfim (PSOL) propôs no “PL nº 4297/2020” a seguinte ementa: “Dispõe sobre a criação de zona de proteção no entorno dos estabelecimentos de saúde que prestam o serviço de aborto legal e serviços que prestam atendimento especializado à mulheres vítimas de violência sexual.” (Bomfim, *et al.*, 2020). O PL tem a intenção de proteger as mulheres que passaram por um aborto.

Já Chris Tonietto (PL) propôs no "PL nº 1945/2020" a ementa: “Altera dispositivo do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para fins de inclusão de causa de aumento de pena em caso de aborto realizado em razão de microcefalia ou qualquer outra anomalia

<sup>7</sup> Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/07/20/casos-de-violencia-contramulher-crianca-e-adol-escente-crescem-no-brasil-em-2022-mostra-anuario.ghtml>>. Acesso em: 01 nov. 2023.

ou malformação do feto.” (Tonietto, *et al*, 2020). No inteiro teor do PL, a deputada diz que a ação de abortar em caso de microcefalia, anomalia ou malformação do feto é a legalização da prática de eugenia assegurada à mulher gestante. Também sobre crianças nascidas com má formação Natália Bonavides (PT) propõe o "PL nº 2509/2019" com a ementa:

Altera o art. 18 da Lei nº 13.301 de 26 de junho de 2016, para garantir o acesso ao benefício de prestação continuada da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 por crianças e adolescentes vítimas de microcefalia, síndrome congênita do zika ou outras alterações no crescimento e desenvolvimento relacionadas a etiologias infecciosas transmitidas pelo *Aedes aegypti* e dá outras providências. (Bonavides, *et al*, 2019.).

Ainda sobre o aborto, a deputada Carla Zambelli (PL) no "PL nº 232/2021" propôs: Alterar o inciso IV do artigo 3º da lei nº 12.845, de 1º de agosto de 2013, para tornar obrigatória a apresentação de Boletim de Ocorrência com exame de corpo de delito positivo que ateste a veracidade do estupro, para realização de aborto decorrente de violência sexual. (Zambelli, *et al*, 2021).

Nesse caso, o PL iria dificultar o aborto em razão de estupro. Portanto, observando os três projetos propostos em caso de aborto, é evidente que as deputadas posicionadas à direita do espectro político não assumem o aborto como uma prática apropriada, visto que, Tonietto e Zambelli tentam complexificar a ação, enquanto Bonfim tenta proteger as mulheres que estão aptas a passar por esse processo e Bonavides procura uma forma de amparar essas crianças vítimas dessas síndromes e suas famílias, ou seja, enquanto as primeiras estão mais preocupadas em proibir e dificultar o aborto, pensando nos direitos do feto, as duas últimas estão trabalhando para que sejam tomadas atitudes que efetivem os direitos das mulheres e das crianças.

Em outros assuntos as visões também diferem, a deputada Caroline de Toni (2020) filiada ao Partido Liberal propõe no "PL nº 4213/2020" que a reserva mínima de 30% das vagas para mulheres nas candidaturas eletivas seja extinta.

Em contrapartida, Rejane Dias (2019) filiada ao Partido dos Trabalhadores defende no "PL nº 4024/2019" que as normas para as eleições sejam modificadas para assegurar o mínimo de vagas para candidatas mulheres no Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Outra vez os interesses são diferentes, no entanto, surpreende que uma mulher defenda a extinção de uma política pública que tenta inserir mais mulheres na política, com o argumento de que se trata de uma questão ideológica de igualdade de gênero e que poucas mulheres se interessam em desenvolver atividades político-partidárias. Além disso, em 2018 o partido que a

elegeu nesta eleição esteve envolvido em um escândalo de candidaturas laranjas de mulheres para preencher as vagas<sup>8</sup>.

Na verdade, ao invés de procurar aperfeiçoar a lei que discorre sobre cotas de gênero (Lei nº 9.504/1997) de uma forma que incentive as mulheres a entrarem na política, a deputada achou que seria melhor acabar com ela, sem levar em conta que diversas leis passam por muitas mudanças até se aperfeiçoarem e surtirem o efeito desejado. A deputada Sâmia Bomfim (PSOL) propôs o "PL nº 888/2021" com a seguinte ementa:

Altera a Leis nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), e 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos), para dispor sobre a aplicação de recursos oriundos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e do Fundo Especial de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) para promoção de candidaturas por meio da inclusão dos gastos com atividades de cuidado nas despesas de campanha. (Bomfim, 2021).

Esse projeto é uma tentativa de aperfeiçoamento da lei, uma vez que, desloca recursos dos fundos de campanha e partidário para quitar os gastos das candidatas com atividades sobre cuidado nas despesas de campanha como forma de incluir as mulheres que são mães e cuidadoras no sistema eleitoral. A deputada Tábata Amaral (2021) também tem um PL que sugere deslocar os recursos desses fundos, mas nesse caso, seria para premiar as agremiações que investem na efetiva participação política das mulheres.

Não obstante, a deputada de direita Elcione Barbalho (2019) também se incluiu na luta pelas cotas de gênero e propôs o "PL nº 4948/2019", que: "Proíbe que mais de sessenta por cento das candidaturas apresentadas por partidos políticos em eleições proporcionais sejam de pessoas do mesmo sexo." (Barbalho, 2019). Com esse projeto, ela defende que o percentual de vagas reservadas deve aumentar de trinta para quarenta por cento e defende que os partidos que não conseguirem preencher as vagas reservadas para mulheres devem ser sancionados. Assim sendo, isso mostra que assuntos alvos de divergências também encontram heterogeneidade dentro de semelhantes ideologias políticas.

Em síntese, foi possível concluir de acordo com os fatos supracitados, que a bancada feminina reeleita da Câmara dos Deputados dentro do período analisado, além de ser composta por maioria branca, de direita, casada, com alto nível de escolarização e militante, também se preocupa em maior medida com direitos humanos, educação e saúde, em vista de que são os temas com maior número de PLs propostos por elas, e que em relação aos temas sobre mulheres, são quase unânimes sobre a relevância do assunto violência de gênero.

---

<sup>8</sup> Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/area/congresso-nacional/deputada-do-psl-apresenta-projeto-para-extinguir-cota-de-genero-em-eleicoes/>>. Acesso em: 04 nov. 2023.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Afinal, a simples presença de mulheres é uma garantia de um trabalho legislativo dedicado a pautas progressistas defendidas pelas mulheres? Essa resposta não é precisa, mas num plano geral é mais cauteloso dizer que não. Como Phillips (2001), Young (2006) e Urbinati (2006) apontaram, uma representação efetiva não é feita apenas de semelhanças físicas, ou seja, representação descritiva como diria Pitkin (2006), ou presença, no conceito de Phillips (2001), também é necessária a presença das ideias.

Nesse sentido, Iris Young (2006) vai ao encontro de Phillips ao afirmar que não há representação perfeita, pois segundo ela, as minorias não são homogêneas, portanto, o representante não é um substituto ou espelho do seu representado, mas fala por ele. Por isso, a representação seria uma conexão entre atores plurais, que necessitam que os representantes defendam os interesses, opiniões e compreendam a perspectiva social dos representados, mesmo que não tenham as mesmas experiências.

Portanto, de acordo com tais teorias e analisando o caso das deputadas reeleitas na 57ª legislatura, conclui-se que a questão de gênero sozinha, não garante que as deputadas mulheres irão representar, as pautas progressistas de ampliação, garantia e respeito aos direitos das mulheres brasileiras. Isto porque, como ficou evidente em alguns casos, não há uma homogeneidade entre as próprias deputadas, sendo atravessadas por dimensões diferentes de raça e classe. Além disso, por serem mulheres, também viveram e interiorizaram uma estrutura machista e patriarcal que as levam, muitas vezes a reproduzirem o próprio referencial que as oprime.

Isso pode ser exemplificado, quando foram analisados os projetos de lei das parlamentares de direita, pois parte deles apresentavam um viés conservador, propondo mudanças que, caso fossem aprovados, não proporcionariam um avanço dos direitos das próprias mulheres. É claro que se trata de uma parcela menor entre as deputadas desse espectro político, considerando que a maioria se concentra em propor projetos que sejam mais progressistas e antenados (conectados) com as demandas atuais das mulheres.

Por outro lado, mesmo que as deputadas de esquerda em sua maioria tentem propor projetos que compreendam as mulheres em todas suas interseccionalidades, ainda não é a mesma coisa do que se as próprias mulheres estivessem lá, com todas suas experiências, suas dores, vivências, percepções de problemas que poderiam vir a ser propostas legislativas. Porém, enquanto essa diversidade não ocupa expressivas cadeiras na câmara, é importante que as representantes estejam atentas às suas demandas e opiniões. Por esse motivo, Luiz Felipe Miguel (2003) defende o pluralismo político, sendo ele a representação e expressão de todos, tendo a produção de regras sociais produzidas por aqueles que estão submetidos a elas. Contudo, enquanto isso não acontece,

Miguel (2010), acredita que a *accountability* seja a melhor forma de manter o vínculo entre representantes e representados.

Além disso, segundo a cientista política Marion Young (2006), a representação política cria um vínculo entre representante e representado, no qual o primeiro leva as reivindicações do segundo. Logo, as mulheres compartilham de experiências de vidas similares, ainda sim, possuem recortes como raça, classe e gênero que as diferem. Por isso, para que as demandas das minorias políticas sejam ouvidas e colocadas em prática, nada melhor do que possuam representantes que compreendam e compartilhem seus interesses, opiniões e perspectivas.

## REFERÊNCIAS

ALTMANN, Cristina. As múltiplas bases de recursos sociais nos acessos do “feminino” à Câmara de Deputados (1950-2015). **Revista Pós Ciências Sociais**, p. 129-148, 2022.

ARAÚJO, Clara As cotas por sexo para a competição legislativa: o caso brasileiro em comparação com experiências internacionais. **Dados**, v. 44, n. 1, 2001.

BARRETT, Michéle; PHILLIPS, Anne; VERICAT, Isabel. Debates feministas contemporâneos. **Debate feminista**, v. 12, p. 141-151, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papyrus, 1996.

BRASIL, Câmara dos Deputados. **Atividade Legislativa**. Sítio Eletrônico. 2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal/proposicoes/pesquisa-simplificada>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CAMPOS, Luiz Augusto; MACHADO, Carlos. **Raça e eleições no Brasil**. Porto Alegre: Zouk, 2020.

MIGUEL, Luis Felipe. Representação política em 3-D: elementos para uma teoria ampliada da representação política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 5, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe. Accountability em listas abertas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 18, p. 183-200, 2010.

PHILLIPS, Anne. **The politics of presence**. OUP Oxford, 1998.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença?. **Revista Estudos Feministas**, vo. 9, n. 1, p. 268-290, 2001.

PITKIN, Hanna Fenichel. Representação: palavras, instituições e ideias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 67, p. 15-47, 2006.

SILVA, Mayra Goulart da; CHAVES, Vanilda; BARBOSA, Laura. Mulheres eleitas e capital político familiar na Câmara dos Deputados: uma análise da 56ª legislatura (2019-2023). **Sociedade e Estado**, v. 38, p. 95-124, 2023.

URBINATI, Nadia. O que torna a representação democrática? **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 67, p. 191-228, 2006.

YOUNG, Iris Marion. Representação política, identidade e minorias. **Lua Nova**: Revista de Cultura e Política, n. 67, pp. 139-190, 2006.

### **Icaro Gabriel da Fonseca Engler**

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná (2008), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná (2011) e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2015), com estágio de doutorado na *École Normale Supérieure* de Paris/FR (2014). Realizou estágio de pesquisa pós-doutoral na Universidade Federal de Pelotas (2020). Atualmente é Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Viçosa, onde coordena o Grupo de Estudos sobre Elites e Espaços de Poder (GEEEP).  
E-mail: icaro.engler@ufv.br

### **Amanda de Andrade Sant'anna**

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Viçosa/MG, (2023). Tem experiência na área em Ciências Sociais, com ênfase em Ciência Política.  
E-mail: amanda.santaanna@estudante.ufjf.br

Recebido em: 11 de dezembro de 2024.

Aceito em: 31 de maio de 2025.